

INCLUSÃO EDUCACIONAL: O ENSINO DE LIBRAS NA ESCOLA

Danielle Aparecida de. **OLIVEIRA**¹

Prof.^a Esp. Rosângela Aparecida Araújo. **FERREIRA**²

RESUMO

A pessoa com necessidades educacionais especiais sempre teve sua imagem associada à incapacidade, à limitação, à doença. A inclusão não deve pressupor que todos são iguais e nem promover o “armazenamento” de pessoas no ambiente público. A inclusão está em processo e demanda esforço coletivo, preocupação social e acima de tudo, uma educação voltada para a diversidade e para a superação de dificuldades. É necessário, acima de tudo, o preparo docente para o atendimento aos alunos com necessidades especiais. Sabe-se que qualquer intervenção educacional na vida desses alunos depende em muito do quando se inicia seu aprendizado. Aos alunos com surdez, a forma mais eficiente de intervenção depende da construção de um vocabulário próprio – a língua de sinais -, Libras, que não pode ficar presa nela mesma, mas somada a Língua Portuguesa. As condições do atendimento ao surdo estão muito aquém do que se diz inclusão. Observando-se um percentual limitado de professores capacitados para acolher o surdo numa perspectiva inclusiva, bem como uma carência em relação ao conhecimento da LIBRAS. Pensando nisso, através da pesquisa bibliográfica, este trabalho discorre sobre a inclusão no ambiente escolar salientando as dificuldades enfrentadas por crianças surdas e na formação docente, mas apontando ser o ambiente educacional o local propício ao desenvolvimento de práticas que favoreçam uma verdadeira inclusão que se reflita na sociedade.

Palavras – Chave

Educação; Escola; Inclusão; LIBRAS; Surdez.

1. INTRODUÇÃO

Nas discussões sobre a aprendizagem existem lacunas que precisam ser evidenciadas. São vários os caminhos a serem desbravados quando o assunto é a educação. Isso se torna muito mais complicado quando a educação é voltada para pessoas com necessidades especiais, como a educação de surdos. Embora atualmente se entenda que a educação de surdos deve privilegiar, primeiramente, a língua de sinais (LIBRAS), deve-se atentar que essa comunicação inicial deve servir de estímulo para que a criança desenvolva habilidades para a aquisição do conhecimento da língua oral, de como ela deve ser interpretada e compreendida.

O ensino de Libras é o caminho necessário para uma efetiva mudança nas condições

¹Pós-graduanda em Libras - Departamento de Pós-Graduação – FIRA- Faculdades Integradas Regionais de Avaré – 18700-902 – Avaré-SP – Brasil – oliveiradanielle1981@gmail.com

² Professora Especialista em Língua Brasileira de Sinais – Docente – FIRA- Faculdades Integradas Regionais de Avaré – 18700-902 – Avaré-SP – Brasil – roaferreira@hotmail.com

oferecidas pela escola no atendimento dos alunos com surdez. É uma língua viva, que se constrói na interação das pessoas que se comunicam. Pode parecer algo fácil, mas, dentro de uma sala de aula onde as diversidades inerentes aos estudantes se fazem evidentes, as estratégias diferenciadas advindas da capacitação do docente não podem ser ignoradas.

O ensino de libras é reconhecidamente o caminho para uma mudança efetiva nas condições oferecidas pela escola no atendimento desses alunos; é uma língua viva e o fortalecimento de uma identidade que se esconde no interior do processo de ensino e aprendizagem.

A educação inclusiva, muito comentada na atualidade, carece de uma responsabilidade compartilhada, com metodologias e estratégias diferenciadas e com uma proximidade ainda maior entre escola e família. A educação inclusiva pede mudanças, e essas mudanças não podem ser apenas no âmbito legal, devem acontecer em todo processo de aquisição do conhecimento: o docente deve estar capacitado, a família deve estar consciente e a sociedade deve estar preparada para inserir o indivíduo com surdez.

O professor intérprete deve proporcionar ao aluno surdo à aquisição de habilidades que facilitem sua inserção social. Para isso, estar preparado e capacitado se torna fundamental se somado à capacitação própria de sua funcionalidade.

Tendo por objetivo salientar a importância do ensino de LIBRAS na escola este artigo se vale da revisão de literatura de análise bibliográfica se utilizando da pesquisa qualitativa que é basicamente aquela que busca entender um fenômeno específico em profundidade. Ao invés de somente estatísticas, regras e outras generalizações, a qualitativa trabalha com descrições, comparações e interpretações e é por isso que este trabalho se define por optar por este tipo de pesquisa. Por ser mais participativa e, portanto, menos controlável, podendo o executor de a pesquisa direcionar o rumo da pesquisa em suas interações com o objeto (SEVERINO, 2000).

2. Educação Inclusiva

A questão crucial, quando se trata de socialização no espaço escolar, está na concepção de educação adotada. Parte-se do entendimento de que a educação é uma prática social interessada na emancipação do sujeito, ou seja, no seu processo de humanização. Para Oliveira (1992), a socialização consiste em promover um espaço de interação para que o sujeito possa efetivamente desenvolver-se. Nesta perspectiva, todo o processo pedagógico concorrerá para o desenvolvimento do sujeito. Cada atividade, cada ato pedagógico concorrerá ou não para que o indivíduo elabore os saberes historicamente construídos, conforme suas necessidades e expectativas.

A educação inclusiva não deve propor que todos são iguais, mas que as diferenças entre os indivíduos devem ser respeitadas, cabendo aos educadores promoverem a socialização das diferenças e o reconhecimento das potencialidades de cada um.

A Declaração de Salamanca (UNESCO), criada em 1994, na Espanha, chama a atenção dos governantes para o atendimento das pessoas com deficiência na rede regular de ensino quando institui que cada criança tem características, interesses, capacidades de aprendizagem que lhe são próprios; os sistemas educativos devem ser projetados e os programas aplicados de modo que tenha em vista toda a gama dessas diferentes características e necessidades; as pessoas com necessidades educativas especiais devem ter acesso às escolas comuns que deverão integrá-las numa pedagogia centralizada na criança, capaz de atender a essas necessidades.

Os professores, gestores, educadores e pais de alunos sem deficiência reagiram com temor à ideia de inclusão. O temor existente em relação aos estudantes com deficiência se explica pela história de invisibilidade de crianças e jovens desse grupo social no cenário educacional brasileiro. Essa reação se deve às representações que se fazem das crianças com necessidades educacionais especiais.

A resistência da sociedade se deve muito ao modelo médico da deficiência. Para Sassaki (1997), essa resistência impede que as pessoas com deficiência possam buscar seu desenvolvimento pessoal, social, educacional e profissional.

Para Sassaki (1997), a inclusão é um movimento social de grande repercussão e tem como pressuposto a igualdade entre os homens, ou seja, a luta contra qualquer forma de discriminação.

Importante é se verificar que a escola é um canal de mudança, portanto a inclusão de crianças com algum tipo de deficiência, física ou mental, na rede regular de ensino, pode ser um começo para outras transformações não somente de pensamentos, mas também de atitudes.

Para Werneck (1997), ao se propor uma educação inclusiva, pressupõe-se um olhar diferente para a educação. A escola passa a ser o lugar democrático, onde se compartilham o conhecimento e as experiências com o diferente e quem ganha com a inclusão são todos os cidadãos, pois, com o contato se aprende a respeitar todos, através do exercício da tolerância, os que durante muito tempo, estiveram excluídos. Não somente os que possuem deficiências visíveis, mas todos os excluídos e discriminados do processo de socialização.

No caso do estudo da educação de pessoas com surdez deve-se pensar e analisar não só a questões referentes aos seus limites e possibilidades, mas também aos preconceitos existentes nas atitudes da sociedade para com elas. Os entraves para se participar da educação escolar são,

na grande maioria das vezes, decorrentes da perda da audição e da forma como se estruturam as propostas educacionais das escolas.

3. O que é LIBRAS?

A LIBRAS, segundo Salles (2004), é um meio de comunicação em que se utiliza de gestos, imagens e o ambiente, através de uma gramática própria que permite os sentidos metafóricos, ironias e outros significados que permitem a comunicação dos surdos. Segundo o autor, trata-se de uma gramática constituída a partir de elementos Constitutivos das palavras ou itens lexicais e de um léxico que se estruturam a partir de mecanismos fonológicos, morfológicos, sintáticos e semânticos que apresentam também especificidades, mas seguem também princípios básicos gerais.

Quanto ao desenvolvimento histórico da Língua Brasileira de Sinais apenas se sabe que foi criada por indivíduos que tentaram recuperar a comunicação através de sinais por terem impedimento auditivo. Salles (2004) salienta que, mesmo com muitos fracassos, alguns homens não mediram esforços para fazer os surdos falarem, mas o momento propício para o desenvolvimento de uma linguagem era gerado quando vários surdos sinalizavam entre si.

O contato com o docente, com o ambiente e com outras crianças auxilia o surdo na reconstrução da língua. Para que isso ocorra, há a necessidade também de um professor intérprete para que a educação dos surdos não seja fragmentada. Lúria (1986) relata que a forma mais eficiente de se promover a aprendizagem e a comunicação entre os surdos e destes com o restante dos elementos que fazem parte do ambiente escolar, é necessária que se promova a interação da criança surda com o ambiente e isso só é possível se a criança desde cedo esteja incluída no ambiente escolar e da atuação do professor-intérprete que a auxilie, desde cedo, a interagir e desenvolver seu potencial.

O acesso à língua natural, a língua de sinais, desde cedo, faz com que a criança surda vá se desenvolvendo integralmente. É relevante que se entenda que somente o fato de ser surda não significa que a capacidade cognitiva da criança seja inferior às demais crianças da sala de aula. A diferença, ressaltada por Lúria (1986), é quanto à forma como aprendem: enquanto as demais crianças aprendem de forma oral-auditiva, a criança surda aprende de forma visual. Para que a aprendizagem seja efetiva, porém, os estímulos devem iniciar o mais breve possível, já que a maioria das crianças surdas são advindas de famílias ouvintes.

Fica clara pelo exposto a importância da escola. Ela é um lugar de aprendizagens, de diferenças e de trocas de conhecimento, onde o atendimento, dentro de uma política de

educação inclusiva, deve ser estendido a todos sem exceção e garantir uma aprendizagem efetiva, socializante.

O favorecimento em se utilizar no ambiente escolar a LIBRAS atende a dois grupos: aos surdos, a possibilidade de ter um ensino apropriado na língua de sinais e no contato com seus colegas ouvintes e aos ouvintes, a possibilidade do contato com o diferente, que afasta toda discriminação (SKLIAR, 2005). Para o mesmo autor, a utilização de LIBRAS no ambiente escolar, mais do que uma estratégia de aprendizagem, é um direito das crianças surdas. Cabe às escolas promover estratégias que facilitem a aprendizagem de todas as crianças, por conseguinte, a máxima é extensiva às crianças surdas.

Vale ressaltar nesse momento que as formas em promover uma educação realmente de qualidade estão relacionadas à construção de um Projeto Político Pedagógico que seja realmente inclusivo. Ao adotar tal postura, a escola ajudará a alunos e professores o exercício da linguagem no espaço escolar, não só da língua mãe, mas dela e a de sinais.

Sabe-se, portanto, que a preparação docente é a peça mestra de uma educação inclusiva. O professor estará relacionado aos alunos e deve proporcionar o desenvolvimento de habilidades que gerem autonomia e amparo, quando necessário, às crianças surdas. Cabe à escola promover a socialização dessas crianças e isso só se dará se as pessoas tiverem acesso à informação e conhecimento necessário para a formação cidadã.

Segundo Dorziat (1998) salienta que somente se utilizar da língua de sinais não resolve os problemas de inclusão de surdos na escola. É necessário, segundo o autor, que a escola se disponha de ações que façam sentido para os alunos de maneira geral e que isso seja compartilhado com os alunos surdos. A inclusão de alunos surdos deve ser partilhada entre todos os elementos da escola e, claramente, os alunos ditos “normais” fazem parte desses elementos.

Segundo GÓES (1999) deve se esmerar em reduzir as desigualdades sociais e, através da inclusão educacional ela tem a possibilidade em contribuir para a redução das diferenças. Para o autor, a escola deve romper com o antagonismo entre promover o uso da razão e a formação de cidadãos livres e se mostrar incompetente por não formar cidadãos e produzir as divisões entre ricos e pobres.

Para Clemente (2003) deve haver um planejamento específico para as aulas de LIBRAS onde se privilegiem os termos científicos dos conteúdos estudados para que haja sentido para os alunos. Da mesma forma, os recursos didático-pedagógicos devem ser pensados e elaborados para o atendimento dos alunos surdos sem que seja necessário, dentro possível, apontar uma distância cognitiva entre todos os alunos. Desta forma, o autor entende que, se os recursos têm

a possibilidade de serem partilhados entre ouvintes e surdos há a possibilidade do desenvolvimento da socialização.

Fica evidente que os alunos com surdez devem ser observados por todos os profissionais que direta ou indiretamente trabalham com eles. Para Clemente (2003) a organização, intencionalidade e planejamento docente e a coparticipação do professor-intérprete podem produzir uma educação verdadeiramente de qualidade. É relevante, também, que nos trabalhos desenvolvidos sejam observados aspectos do desenvolvimento da criança como a sociabilidade, aspectos cognitivos, linguagem, psicomotricidade, sentimentos, enfim, todas as habilidades educacionais dependendo da intenção docente.

A conscientização a partir do ambiente escolar é essencial para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, se devem ressaltar as diferenças, mas respeitar as diferenças. Uma educação especial não oferece um marco para discussões sobre a educação dos surdos, mas, é o espaço onde se possam exercitar táticas e estratégias significativas sobre uma educação realmente inclusiva.

Para Salles (2004) a educação inclusiva difere da inserção educacional, onde as crianças eram colocadas nas salas de aula sem qualquer possibilidade de aquisição de conhecimentos, já que não compreendia o que estava acontecendo no interior da sala. O autor entende que a educação especial sugere “adicionar algo ao comum” (p.12) limitando e de certa forma segregando e apontando o diferente como se este precisasse de reabilitação para a inserção nos locais comuns.

Pela fala de Salles se entende que uma “educação especial” acaba por afastar da possibilidade de aprendizagem efetiva e de uma proposta educacional inclusiva. O autor fala da necessidade de construir um território mais significativo para a educação dos surdos, uma educação que faça parte da prática pedagógica da escola.

É necessário salientar que a utilização do termo surdez remete a pessoas com deficiência auditiva, independente do grau da sua perda sensorial e social e o reconhecimento do potencial de cada ser humano.

Poker (2001) diz que os ambientes heterogêneos podem ajudar a no processo de inclusão educacional ao promover trocas simbólicas. Embora exista posições contrárias ao processo de inclusão, o autor relata que as possibilidades de aprendizagens significativas não se limitam somente às pessoas com surdez, mas a todos os elementos constitutivos do ambiente escolar.

Para Skliar (1999), a importância de uma pedagogia globalizante é refletida na sociedade, visto que a falta de compreensão e de produção dos significados da língua oral e o

analfabetismo gerados pela exclusão, impede o surdo, quando adulto de adentrar no ensino superior e se qualificar para o mercado de trabalho.

Segundo CARVALHO, (2004) os alunos surdos e sua família buscam na escola apoio para a superação de obstáculos sociais. Sabem que a surdez pode se configurar em barreira para a atuação no mercado de trabalho e para a autonomia dos indivíduos nos processos de tomada de decisão com competência. O desenvolvimento de habilidades cognitivas somente será possível se a escola desempenhar seu papel inclusivo. Salles (2004) entende que a educação de surdos não fracassou, mas ainda reflete os resultados previstos em função dos mecanismos e das relações de poderes e saberes.

2.2 A IMPORTÂNCIA DO PROFESSOR-INTÉRPRETE EM LIBRAS

Se há a intencionalidade no Projeto Pedagógico da escola em atender à alunos com surdez, há que se preparar o docente para atender às necessidades do aluno. Uma das ações primordiais para se garantir ao sujeito surdo o direito ao acesso aos conhecimentos compartilhados no ambiente educacional é a inserção do profissional tradutor e intérprete de LIBRAS-Língua Portuguesa. Possibilitando assim respeito à singularidade linguística desse aluno, uma vez que, diferente dos outros tipos de necessidades especiais, a surdez requer adaptações que vão muito além das de ordem espacial e material, por estar essencialmente relacionada a uma questão linguística (POKER, 2001).

A profissão de Tradutor e Intérprete da LIBRAS foi reconhecida no dia 1º de setembro de 2010 pela Lei nº 12.319. O recente ato vem suscitando novas discussões acerca dos parâmetros para o exercício de tal função, como a formação, atuação, sindicalização e valorização dessa atividade, tendo em vista que o intérprete deve processar as informações dadas na língua fonte e fazer escolhas lexicais, estruturais, semânticas e pragmáticas na língua alvo que se aproximem da informação. Assim, carece, o intérprete, de conhecimento técnico.

Damázio (2005) entende que a função de traduzir/interpretar é singular, já que as possibilidades de interação no espaço escolar prezam pela interação entre sujeitos com surdez e ouvintes. A ética deve permear o desempenho do professor intérprete de LIBRAS, mediador da comunicação.

O tradutor deve ter a sensibilidade para não fazer com que a atividade se torne mecânica. Segundo o código de ética da atuação do profissional tradutor e intérprete - que é parte integrante do Regimento Interno do Departamento Nacional de Intérpretes da FENEIS/Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos – cabe a esse profissional

agir com sigilo, discrição, distância e fidelidade à mensagem interpretada, à intenção e ao espírito do locutor da mensagem. (BRASIL, 2001).

Para Poker (2001), ter postura ética é ter uma atitude solidária, pela qual esses profissionais lutam pelo respeito às pessoas com surdez, assim como por qualquer outra pessoa. Outro aspecto importante refere-se à conduta profissional adotada pelo tradutor/ intérprete durante a sua atuação profissional, nos quesitos responsabilidade, assiduidade, pontualidade, posicionamento no espaço de interpretação, aparência pessoal, domínio de suas funções, interação com os alunos, postura durante as avaliações.

Em resumo, o tradutor/intérprete deve conhecer com profundidade, cientificidade e criticidade sua profissão, a área em que atua, as implicações da surdez, as pessoas com surdez, a Libras, os diversos ambientes de sua atuação a fim de que, de posse desses conhecimentos, seja capaz de atuar de maneira adequada em cada uma das situações que envolvem a tradução, a interpretação e a ética profissional.

Segundo o Decreto nº 5.626, criado pelo Ministério da Educação (BRASIL, 2005), a função do intérprete é viabilizar ao aluno surdo o acesso aos conteúdos curriculares, em todas as atividades didático-pedagógicas, e agir como apoio a acessibilidade aos serviços e às atividades da instituição de ensino.

É importante destacar que a natureza de qualquer profissão está intimamente relacionada ao campo onde ela se dá, pois, as inferências desenvolvidas e as necessidades ocasionadas pelo cotidiano são significativas e inegáveis.

3. CONCLUSÃO

Este trabalho reafirma que o processo de inclusão educacional não se limita a uma proposta de atenção a alunos surdos no ambiente escolar. Trata-se de um caminho pedagógico que auxilie na promoção de habilidades cognitivas e socializantes que permitam o desenvolvimento da autonomia, da criticidade, das relações interpessoais, enfim, o desenvolvimento global dos educandos surdos.

A importância da inclusão educacional, assim, busca a formação do ser social, a participação ativa na sociedade, sendo a escola espaço de exercício de cidadania e promotora da igualdade. A inclusão deve garantir, também, a proximidade entre os ouvintes e as diferenças. Os alunos ouvintes devem ter a possibilidade de ter contato não somente com as diferenças inerentes à toda espécie humana, mas àquelas que se apresentam em menor quantidade na sociedade.

Se a ideia é uma educação de todos, para todos, não se deve privar os alunos surdos de uma educação de qualidade e nem os ouvintes da possibilidade de fugir do preconceito e da discriminação através da ignorância. Outro ponto relevante neste contexto, é a possibilidade da comunidade escolar também ter acesso ao diferente e à diversidade. É necessário, assim, que a secretaria, gestão, docentes, demais funcionários e colaboradores da escola terem acesso e saberem dos limites e possibilidades das crianças surdas.

Para tal, a figura do professor intérprete é de fundamental importância para a efetivação desse ideal. Promover uma educação de qualidade carece de conhecimentos, ética profissional e intencionalidade docente. Se o professor intérprete é atuante e visa promover uma educação realmente efetiva, se preocupa não somente na interpretação e tradução das línguas em questão, mas no desenvolvimento de habilidades que auxiliem seus alunos a utilizar os espaços escolares com autonomia e, somente assim, o aluno surdo poderá se utilizar do espaço escolar como exercício de cidadania e os demais elementos da escola como exercício de democracia.

A escola deve ser pensada como um “embrião” da atuação social pelos alunos com surdez. Deve ser a promotora das diferenças humanas e da valorização da diversidade. Somente assim ela poderá cumprir sua função social, a socialização. Sabe-se que há muito o que se fazer, mas o empenho e a possibilidade podem ajudar o ambiente escolar a ser realmente democrático, onde a dificuldade de comunicação seja rompida pelo conhecimento e a atenção a todos os elementos do ambiente escolar.

O que tem levado à dificuldade de comunicação em sala e ao prejuízo no processo de ensino/aprendizagem. Onde, na maioria das vezes, o método oral acaba sendo a única forma de ensino, não há presença de intérprete em sala de aula, há surdos que não tem uma língua de sinais bem desenvolvida, e raramente nota-se a existência de educadores bilíngues. Se constitui em um grande empecilho para desenvolvimento pleno do aluno surdo frente a atividade de ensino e diante das exigências de uma sociedade letrada.

4. REFERÊNCIAS

BRASIL. Conselho Nacional de Educação / Câmara de Ensino Básico. Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, Brasília, DF, 2001.

_____. **Decreto nº 5.626 de 22 de dezembro de 2005.** Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras. Brasília, 2005.

_____. **Lei nº 12.319, de 1º de setembro de 2010.** Regulamenta a profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS. Brasília, 2010.

_____. **Lei nº. 10.436, de 24 de abril de 2002.** Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS e dá outras providências. Brasília, 2002.

CARVALHO, R. E. **Educação inclusiva: com os pingos nos “is”.** Porto Alegre: Mediação, 2004.

CLEMENTE, C. A. **Trabalhando com a diferença: responsabilidade social e inclusão de portadores de deficiência.** São Paulo: Espaço da Cidadania, 2003.

DAMÁZIO, M. F. M. **Educação Escolar Inclusiva das Pessoas com Surdez na Escola Comum: Questões Polêmicas e Avanços Contemporâneos.** In: II Seminário Educação Inclusiva: Direito à Diversidade, 2005, Brasília. Anais... Brasília: MEC, SEESP, 2005.

DORZIAT, A. **Democracia na escola: bases para igualdade de condições surdos-ouvintes.** Revista Espaço. Rio de Janeiro: INES. Nº 9, p. 24 -29, janeiro/junho, 1998.

GÓES, M. C. R. **Linguagem, Surdez e Educação.** 2ª ed. Campinas, SP: autores associados, 1999. – (coleção educação contemporânea)

LURIA, A.R. **Pensamento e linguagem: as últimas conferências de Luria.** Porto Alegre: Arte e Científicos/ EDUSP, 1986.

OLIVEIRA, B. A de; DUARTE, N. **Socialização do saber escolar.** 6ª ed. São Paulo: Cortez, 1992.

POKER, R. B. **Troca simbólica e desenvolvimento cognitivo em crianças surdas: uma proposta de intervenção educacional.** UNESP, 2001.

QUADROS, R. M. **O tradutor e intérprete de língua brasileira de sinais e língua portuguesa.** Secretaria de Educação Especial; Programa Nacional de Apoio à Educação de Surdos. Brasília: MEC/ SEESP, 2004.

SALLES, H. M. M. L. **Ensino de Língua Portuguesa para Surdos**, vol. 2 - caminhos para a prática pedagógica, Programa Nacional de Apoio à Educação dos Surdos, 2004.

SASSAKI, R. K. **Inclusão: Construindo uma Sociedade para Todos.** Rio de Janeiro: WVA, 1997.

SEVERINO, A.J., **Metodologia do trabalho científico.** 21ed.rev. e ampl., São Paulo: Cortez, 2000.

SKLIAR, C. **A Surdez, um olhar sobre as diferenças.** 3ª edição; ed. Mediação – Porto Alegre – RS – 2005.

UNESCO. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais.** Brasília: Corde, 1994.

WERNECK, C. **Ninguém mais vai ser bonzinho na sociedade inclusiva.** Rio de Janeiro: WVA, 1997.